

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

A inclusão produtiva como alternativa para o Brasil [The productive inclusion as an alternative for Brazil]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Dowbor, Ladislau
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-11 11:29:48
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/162456

se perca no redemoinho da crise | espetacular.

Brasil em Foco

A inclusão produtiva como alternativa para o Brasil

Entrevista especial com Ladislau Dowbor

Na edição desta semana, convidamos o professor Ladislau Dowbor, do PPG em Administração da PUC-SP, para fazer uma análise conjuntural da política nacional. Formado em Economia Política pela Universidade de Lausanne, Suíça e doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia (1976), ele também faz consultoria para diversas agências das Nações Unidas, governos e municípios, bem como para o Senac. Atua como conselheiro na Fundação Abrinq, Instituto Polis, Transparência Brasil e outras instituições.

Dowbor é autor e co-autor de cerca de 40 livros, e de numerosos artigos. Destacam-se os livros *Formação do Terceiro Mundo*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense; *O que é capital?* 10. ed. São Paulo; Brasiliense; *Aspectos econômicos da Educação*. 2. ed. São Paulo: Ática; *Introdução ao Planejamento Municipal*. São Paulo: Brasiliense. O seu livro sobre a economia brasileira, *Formação do Capitalismo Dependente no Brasil*, foi publicado na Polônia, na França e em Portugal, além da edição brasileira pela Brasiliense. O professor tem um site pessoal, onde publica seus artigos com frequência. O endereço é <http://ppbr.com/ld/>

Ele concedeu uma entrevista à revista *IHU On-Line* número 180, de 15 de maio de 2006, na qual falou sobre o impasse ecológico em que o mundo se encontra e sobre a necessidade de reafirmação política da América Latina.

A entrevista que segue foi concedida por telefone. Nela, Dowbor aposta como alternativa para o Brasil um programa de expansão dos mercados internos, por meio da inclusão produtiva da grande massa da população até hoje excluída. Confira:

IHU On-Line - O que o senhor pensa sobre o modelo econômico adotado pelo governo Lula?

Ladislau Dowbor - Ele está baseado em um pilar que decidiu respeitar os contratos do governo anterior. Isso significa que a área de finanças e o Banco Central são mantidos pela influência dos bancos privados, observando a transferência imensa de juros diretamente para os bancos por meio da Taxa Selic e, indiretamente para os bancos, mediante a manutenção dos juros privados, que estão na média, hoje, de 46% ao ano, o que equivale a cerca de 10 vezes a taxa de juros internacional. Essa estrutura de poder do cartel de intermediação financeira foi mantida para evitar as turbulências e para conformar a classe chamada rentista, que são os que vivem de aplicações financeiras e não de investimentos produtivos.

Apoio substancial do programa social

O segundo pilar desse modelo econômico é que, enquanto se mantém relativamente essa estabilidade aos rentistas, montou-se um programa social. Esse programa social hoje se caracteriza por 52 milhões de pessoas atingidas pelo Bolsa Família, o que significa que quase um terço da população em situação econômica mais crítica está, pela primeira vez, recebendo um apoio substancial.

A isso, está agregado o aumento da capacidade de compra do salário mínimo, que é da ordem de 70%, o que é muito significativo, porque um pouco a mais de dinheiro para os mais pobres é muito importante. Isso atinge, portanto, a parte da população que tem um nível salarial muito

baixo, como os aposentados, que têm reajuste ligado ao salário mínimo. E com isso temos outra marcha da população pobre atingida por essas políticas sociais.

A significância dos projetos sociais

Depois temos o Pronaf, que é o apoio à agricultura familiar, cujos valores foram triplicados e hoje atingem cerca de 1,2 milhões de famílias, o que significa algo como quatro milhões de pessoas. Temos também o aumento do emprego formal, beneficiando cerca de 3 milhões de pessoas durante essa gestão. Há mais políticas pontuais, como, por exemplo, os programas de bolsas universitárias, que favoreceu o acesso à universidade a alguns segmentos da população.

São 198 programas sociais que, a meu ver, são extremamente significativos. Não dá para descartá-los, dizendo que isso é assistencialismo e bobagens do gênero, porque se trata de segmentos da ordem de grandeza de um terço da população brasileira para quem, na realidade, nunca tinha existido governo. Essa gente sequer tinha carteira de identidade, CPF, e, pela primeira vez, há governo para eles. Não há dúvida de que a força política que Lula está adquirindo, apesar de todos os ataques, vem de uma grande parte dessa população que acredita que, pela primeira vez, está chovendo um pouquinho no quintal deles.

O terceiro eixo: área internacional

O terceiro eixo dessa política econômica está ligado à área internacional. Como esse governo herdou uma dívida de 800 bilhões de reais, com taxas de juros extremamente

elevadas, ele não colocou em questão aquele princípio de respeitar os contratos do governo anterior e, nesse toque da dívida, ele fez uma grande diversificação de mercados internacionais, o que permitiu acumular reservas e reduzir o componente externo da dívida. Isso reduziu a vulnerabilidade externa e vai permitir renegociações mais equilibradas do processo financeiro. Esse aspecto internacional envolveu também, além da diversificação de mercados internacionais, uma espécie de equidistância entre União Européia e EUA. Isso é importante para um país como o Brasil, que tem uma economia relativamente pequena. Ele tem muito mais força quando pode alternar os apoios dos EUA e da Europa, do que se fica vinculado só aos interesses norte-americanos.

A abertura de uma articulação latino-americana

E esse terceiro eixo da área internacional também contempla a abertura de uma articulação latino-americana, que se dá tanto por meio de uma TV latino-americana, que é um avanço extremamente importante, como na interação energética e na possível abertura de infra-estruturas de rodoviárias e ferroviárias entre nossos países. Além, é claro, do programa tradicional do Mercosul. Retomando, são três programas: o primeiro, é o de manter os privilégios dos especuladores financeiros, o que está sendo feito para manter certos equilíbrios políticos. Eu acho que esses lucros financeiros são exorbitantes. Quanto aos outros dois programas, acho que estão sendo conduzidos de maneira competente.

IHU On-Line - O senhor acredita que o País tenha um modelo de desenvolvimento capitalista ou pensa que ele não tem um modelo de

desenvolvimento, que ele está estagnado desde a década de 1980. Com qual dessas posturas o senhor mais se alinha?

Ladislau Dowbor - Eu não me alinho com precisão em nenhuma das duas. Eu diria basicamente o seguinte: não há relações de forças hoje que coloque em questão o sistema capitalista no Brasil. Uma coisa é construirmos, a longo prazo, visões segundo as nossas ideologias e nossos ideais. Outra coisa é ver o que programas existentes são viáveis dos que “estão na mesa”.

O programa mais viável e evidente é o programa de expansão dos mercados internos, por meio da inclusão produtiva da grande massa da população até hoje excluída. Basicamente, o Brasil tem um problema central, que é a concentração de renda. Os 10% mais ricos têm cerca de 50% do produto da sociedade, e isso é absolutamente escandaloso. O 1% mais rico tem 14% e os 50% mais pobre tem 12%. Isso significa que as madames que compram na Daslu ou em Miami, gastam mais do que a metade mais pobre de 90 milhões de brasileiros. Isso é insustentável. O nosso modelo central deve partir do “reequilíbrio” econômico social.

A capacidade produtiva brasileira

Quanto à capacidade produtiva, isso se apóia em cifras relativamente claras. Nós temos uma população economicamente ativa de 93 milhões de habitantes. Destes, apenas 27 milhões são trabalhadores formais do setor privado. Ainda há os funcionários públicos, que são 7 milhões. Isso nos leva à soma de 27 + 7, que são 34 milhões. Ainda assim, entre os 34 e os 93 milhões, temos uma marcha de pequenos empresários que estão bem, mas também há muitos no setor informal, um imenso setor precário, que abarca muitas pessoas, em

geral, com renda muito baixa, inseridas em um processo produtivo de maneira pouco equipada e pouco produtiva.

Essa concentração de renda somada a esse subemprego ou desemprego de uma massa de dezenas de milhões de pessoas, faz nós termos um mercado interno muito fraco. A análise dessa visão nos leva a um programa positivo, que é de inclusão produtiva desses marginalizados, ou semi-excluídos dos processos econômicos. Estamos falando de dezenas de milhões de pessoas. Nós temos que, por exemplo, construir 7 milhões de casas nesse país, para pessoas que vivem em condições subumanas. Isso permitiria dinamizar todo um setor econômico, gerar empregos, mobilizar o consumo de materiais de construção etc. Nós temos que fazer saneamento básico, que é catastrófico em praticamente todas as cidades do País. Calcula-se que cerca de mil crianças são hospitalizadas diariamente por contaminação com água poluída ou alimentos misturados com água poluída. Cada real investido no saneamento, economiza 4 reais na área da saúde. Portanto, o retorno é praticamente imediato e a produtividade desse investimento é grande.

A agricultura familiar e a alimentação

Precisamos alimentar as populações desnutridas ou subnutridas que temos no País. São 30 milhões de pessoas. Temos 150 milhões de hectares de terra parada, de bom solo agrícola. É óbvio que podemos fazer cinturões verdes em torno das cidades para alimentar esse povo. A pequena agricultura familiar é intensiva em mão-de-obra. As pessoas se debruçam muito sobre os modelos, substituição de importações e o seu esgotamento, etc., mas a realidade é que precisamos que ser pragmáticos. O essencial da nossa situação é a desigualdade, e ela

está sendo enfrentada, nessa gestão atual, basicamente por meio de processos redistributivos, que são necessários e positivos. Eu imagino que, na próxima gestão, caso seja reeleito o governo Lula, nós teremos uma evolução para a inclusão produtiva, uma evolução dos próprios programas atuais de redistribuição para programas mais intensivos em inclusão produtiva.

IHU On-Line - O modelo de Celso Furtado pode ser inspirador para um projeto de desenvolvimento brasileiro?

Ladislau Dowbor - Celso Furtado tem um livro que se chama *Em busca de novo modelo*¹⁷. É um dos seus últimos livros. Eu fiz um artigo que está disponível no meu site, na Internet, chamado *Democracia econômica*, em que eu me baseei bastante neste livro e em alguns outros trabalhos recentes, comparando as propostas dele com as diversas propostas para a retomada do desenvolvimento que estão dando certo em diversos países em desenvolvimento. A minha convicção é de que as propostas de Celso Furtado são perfeitamente afinadas com o que há de mais moderno quanto à proposta de organização econômica e social. Segundo as propostas dele, primeiro, a economia tem que ser propositiva, e não só economia "de mercado", como muitos a chamam, porque no Brasil se reduziu o conceito de mercado à especulação financeira. Falar em mercado significa falar em bolsa, em dólar e coisas do gênero. Na realidade, é preciso retomar a visão da economia no foco do instrumento de planejamento para reequilibrar ou reconstruir o País na área dos grandes

¹⁷ Furtado, Celso. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (Nota da *IHU On-Line*)

desequilíbrios, que são, essencialmente, a desigualdade no plano econômico e a destruição ambiental no plano do meio ambiente.

Uma visão ética da economia

Ele propõe também uma visão ética da economia, ou seja, baseada em valores. Anos atrás, durante a Revolução Francesa, havia o dito de Marat¹⁸, que dizia assim: “nada será legitimamente teu, enquanto a outrem faltar o necessário”, ou seja, enquanto tivermos crianças passando fome, crianças de rua, gente a quem falta um sapato, criança a quem falta escola, a prioridade tem que ser absolutamente os mais necessitados. E esse é um enfoque de dignidade. É também, além de um enfoque ético, um enfoque econômico, porque a pobreza gera insegurança e desorganização social, e os custos de prevenção à criminalidade são muito grandes. Sai muito mais barato tirar as pessoas da miséria, do que depois arcar com sua conseqüência.

Celso Furtado também dá forte embasamento à visão da infra-estrutura e do resgate do planejamento das grandes infra-estruturas para dinamizar o País. Estamos falando de estradas de ferro, de sistemas de transporte, de navegações mais racionais. No Brasil, quase todas as capitais são portuárias:

¹⁸ **Jean-Paul Marat** (1743-1793): revolucionário francês e importante personagem da Revolução Francesa. Em 1789, ano da eclosão da Revolução Francesa, fundou o jornal *L'Ami du Peuple* (O Amigo do Povo), em que se revela defensor das causas populares. Quando os *sans-cullote* (massas populares), proclamam a república e instituem a Comuna de Paris como órgão executivo do governo, Marat é eleito um dos dirigentes. No ano seguinte, Charlotte Corday militante do partido moderado dos girondinos, fazendo-se passar por uma informante, entra em sua casa com uma faca trazida às escondidas para o encontro e o assassina na banheira, a punhaladas. (Nota da *IHU On-Line*)

Manaus, Belém, Recife, Rio de Janeiro, o eixo São Paulo-Santos, Florianópolis, Porto Alegre. Com exceção de Belo Horizonte, todos os grandes centros econômicos estão à beira mar. Nós “matamos”, em proveito das multinacionais do caminhão, o transporte de navegação e a nossa capacidade de estaleiros navais, e “abortamos” o sistema de ferrovias. Isso está sendo retomado hoje. E se juntarmos o enfoque ético, de enfrentar a desigualdade, da geração de infra-estrutura e do resgate de capacidades de planejamento, que são grandes eixos da visão do chamado estruturalismo de Celso Furtado, ele continua sendo o principal referencial teórico para os nossos trabalhos.

***IHU On-Line* - O modelo atual brasileiro está orientado para o consumo popular?**

Ladislau Dowbor - O Brasil não está orientado para o consumo popular. Ele está orientado para o consumo da ordem de grandeza de um terço da população mais rica do País. Essa é uma estrutura herdada e que é coerente com a concentração de renda. Nós somos o país com a maior concentração de renda do mundo hoje, e esse desequilíbrio significa que o dinheiro vai para os mais ricos, em particular por meio de atividades não-produtivas, que são de especulação financeira. Como essa gente tem dinheiro, as empresas produzem para quem tem dinheiro, quem tem capacidade de compra. Isso desenvolveu a universidade de luxo, a medicina de luxo dos planos de saúde, o medicamento de luxo, que está sendo vendido a preços extremamente elevados e outras coisas do gênero.

***IHU On-Line* - Há outras experiências no mundo mais bem sucedidas que se orientaram para o consumo popular? A China seria um exemplo?**

Ladislau Dowbor - A China, nos últimos 10 anos, conseguiu tirar da linha da pobreza cerca de 300 milhões de pessoas. Então, ela não teve só 10% de crescimento ao ano. É um processo de crescimento inclusivo. Quero lembrar que a Coréia também é um exemplo de um país que, em três décadas, saltou para o nível de país desenvolvido, porque eles sempre fizeram uma redistribuição de renda extremamente forte e tiveram um sólido controle dos bancos, de maneira a orientar o crédito para onde fosse mais produtivo e particularmente no apoio à pequena empresa e ao pequeno agricultor. A Coréia, Taiwan, Singapura, a China e hoje a Índia são países que trabalham com a visão de que só se desenvolve o país incluindo a massa, que está na base, aproveitando o imenso potencial de trabalho que a população permite, e não desenvolvendo uma ilha de prosperidade para uma minoria.

Brasil: casa grande e senzala

O Brasil continua na tradição casa grande e senzala. São Paulo tem um cercadinho de ricos, que se chama Alphaville. A própria população que mora em volta de Alphaville se chama de “alphavella”. Alphaville é casa grande no sentido moderno, é tecnificada, toda com telefones celulares, cercas eletrificadas, guardas armados. E isso se chama civilização. O essencial é nos voltarmos para o mercado interno, porque há 100 milhões de pessoas hoje no Brasil que estão excluídas desse consumo e que, na realidade, representam um potencial, um horizonte interno de expansão econômica, que pode ser visto como um problema, mas também como uma oportunidade.

IHU On-Line - Qual a radiografia que o senhor faz do mercado de trabalho brasileiro? Em que medida a política

econômica do governo o afeta? E como a crise do mundo do trabalho contemporâneo se reflete em nosso país?

Ladislau Dowbor - O que acontece com o trabalho é que basicamente ele se apóia na identificação da subutilização da capacidade de trabalho brasileira. Nós temos hoje 180 milhões de pessoas no País. Dessas, 121 milhões estão em idade ativa, e destas, 93 milhões são a população economicamente ativa, dos quais, só 27 milhões estão no setor privado e com emprego formal. Se considerarmos que cerca de 17 a 18% da população economicamente ativa está desempregada, na realidade apenas 75 milhões são as que “carregam o piano” no País. Entre essas, temos todos os subempregados, os informais, etc. Na realidade, a subutilização da força de trabalho é, provavelmente, o maior drama e a maior idiotice econômica, porque o desempregado custa tanto quanto uma pessoa trabalhando. Nós poderíamos colocar o conjunto dessas pessoas para produzir infra-estruturas necessárias no País, mas para isso precisamos ultrapassar a visão de que as empresas privadas, por um lado, e o Estado, por outro, vão resolver o problema do desemprego. Simplesmente isso não é viável.

O setor privado está se tecnificando cada vez mais. O setor bancário se expandiu, mas como tudo hoje está informatizado, inclusive o próprio cliente é levado a administrar sua conta a partir da sua casa. Até isso é terceirizado. Então essa área se expande e reduz empregos. Com o setor automobilístico acontece a mesma coisa, ou seja, não há esperança nessa área pela simples expansão das dinâmicas capitalistas tradicionais de assegurar o emprego.

A solução no enfrentamento de um paradoxo

As minhas propostas vão na linha de desenvolver serviços de manutenção urbana, serviços de construção de casas por meio de cooperativas dos futuros proprietários, associações e de diversas formas de vínculos com o trabalho que permitam, ao mesmo tempo, tirar as pessoas do desespero e ganhar as infra-estruturas que são necessárias. Basicamente é o seguinte: nós temos uma imensa quantidade de coisas simples a fazer para melhorar as condições de vida da população, particularmente da população pobre, e temos um número imenso de pessoas paradas. Isso é um paradoxo que tem que ser enfrentado. E só se enfrenta não esperando que apareça milagrosamente uma empreiteira ou que apareça o chamado “trem da alegria” que vai oferecer milhões de empregos públicos, o que não é viável, e sim por meio de formas alternativas de organização de serviços urbanos.

IHU On-Line - Quais são suas apostas para as eleições deste ano? O que o senhor espera e o que destaca da proposta dos candidatos?

Ladislau Dowbor - Eu tenho esperança na reeleição de Lula. Acho que, apesar de todas as críticas que ele sofreu, muitas delas

fazem parte do que eu conceituaria como boicote. Eu não vejo nada nos candidatos alternativos, a não ser regressão ao que gerou a concentração de renda. A meu ver, o importante é, no caso de uma reeleição de Lula, nós assegurarmos o suficiente apoio para que as políticas de redistribuição de renda e de inclusão produtiva sejam implementadas.

IHU On-Line - O que o Brasil realmente necessitaria de um presidente?

Ladislau Dowbor - Temos a necessidade de assegurar o que Paulo Freire chamava de uma “sociedade menos malvada” nesse país, sobretudo para as cerca de 100 milhões de pessoas que estão marginalizadas ou semimarginalizadas. O que nós precisamos é um avanço muito maior do que esse que timidamente tem sido orientado na área social. Eu diria também como essencial para uma próxima gestão, enfrentar o sistema absolutamente escandaloso de intermediação financeira. Todo mundo fala na Taxa Selic de 15,25%. Se tiramos a inflação, são 11% de taxa de juros, o que não é tão dramático. Mas os 46% de média no setor privado é absolutamente escandaloso e está travando a economia. Esses são os eixos.

Destaques da Semana